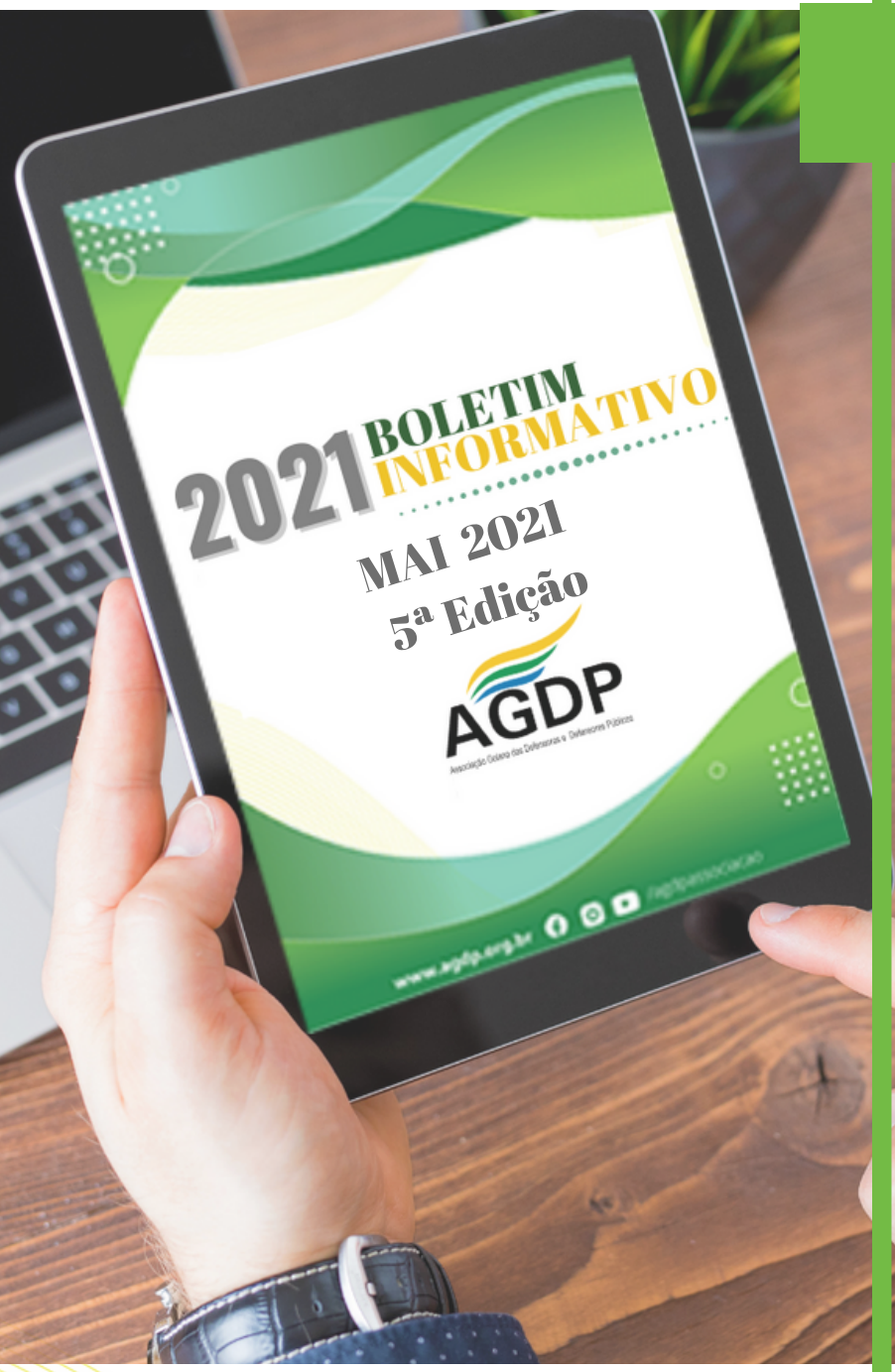
2021 BOLETIM INFORMATIVO

AGDP

Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos

www.agdp.org.br /agdpassociacao



DESTAQUES

1 Defensoras e Defensores Públicos pela Equidade Racial

2 Audiência Pública sobre Novo Processo Penal

3 AGDP presenteia associadas e associados no dia do Defensor Público

4 2º I-Confra AGDP é marcado por emoção, e engajamento de associadas e associados

Equidade racial como propósito de uma Defensoria Pública efetivamente democrática

No mês de maio se celebra a Defensoria Pública. Neste ano de 2021, a data será marcada na nossa história como conclamação institucional para a construção efetiva de cenários livres de preconceitos e discriminações raciais por meio da campanha temática da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos: "Racismo se combate em todo lugar: Defensoras e Defensores Públicos pela equidade racial".

Esta é a edição nº 13 do Projeto, que tem por objetivo disseminar a atuação das defensoras e defensores públicos como agentes de transformação social, bem como trabalhar a conscientização de todas as pessoas sobre seus direitos e o relevante papel daquela que foi concebida pela ordem constitucional como principal responsável pelo acesso à justiça da população em estado de vulnerabilidade e promotora de direitos humanos, a Defensoria Pública.

Dia 13 de maio – e aqui todas as simbologias dos números e datas anteriormente citados se entrecruzam – também é o marco da abolição formal da escravatura. Somos o país com a maior população negra fora da África. Entretanto, fomos o último da América a abolir legalmente o perverso escravismo.

Somente após mais de 120 anos de silêncios, dissimulações e omissões daqueles que ocupavam e ocupam os espaços de poder no Brasil, foi promulgado um Estatuto legal que compreendesse as particularidades vivenciadas pelo povo negro, na tentativa de estancar os efeitos advindos de discursos que fundamentaram o mito da democracia

racial e que, na prática, não objetivaram ou não conseguiram alcançar todos e todas de maneira igualitária.

A propósito, estamos no décimo ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial e os direitos ali consagrados, fruto da luta constante dos movimentos negros brasileiros, ainda não se encontram presentes em políticas públicas e, mesmo no âmbito da iniciativa privada, são diuturnamente dificultados por inúmeras ingerências, inclusive estatais. Neste ponto, constitui provocação institucional necessária saber o que já fizemos e o que deixamos de fazer, isto é, qual a nossa contribuição para a permanência dessa realidade.

Vivemos a década dedicada aos povos de ascendência africana declarada pela Organização das Nações Unidas e, pelo peso desse passado não descortinado, assistimos em nosso País as crianças negras representarem a grande maioria no trabalho infantil. Os adolescentes em restrição e privação de liberdade serem essencialmente negros. Os homens jovens negros constituírem o alvo predileto da violência policial letal. As mulheres negras serem as que mais sofrem violência doméstica, assim como as maiores vítimas da violência obstétrica.

As mulheres e os homens negros somarem o maior contingente de pessoas encarceradas nas masmorras prisionais. As religiões de matrizes africanas serem as principais ofendidas pela intolerância religiosa. A desigualdade racial no mercado de trabalho e na educação persistirem de forma orquestrada. A ausência de representação adequada de pessoas negras e indígenas nos órgãos públicos, instituições privadas e carreiras políticas, embora constituam a maioria da população.

Em âmbito internacional, comemoraremos durante o tramitar da Campanha os 20 anos da Conferência e da Declaração de Durban, na qual o Estado brasileiro reconheceu internacionalmente por meio de sua diplomacia o racismo em nossa sociedade, comprometendo-se a implementar políticas públicas afirmativas para a superação das desigualdades raciais coletadas por diversos institutos de pesquisas nacionais.

Quais os resultados alcançados até o momento? Como devemos agir para a ampla efetivação dos compromissos assumidos dentro do nosso mister de expressão e instrumento do regime democrático?

Os indígenas brasileiros, desde os tempos das invasões coloniais, têm amargado o genocídio e o desprezo de suas múltiplas identidades e cosmovisões jurídicas e espirituais. Vislumbramos o crescimento do número de assassinatos das lideranças nos últimos anos, muitas vezes resultante da prática colonialista que informalmente ainda vigora: a invasão dos seus territórios. Diversas disposições normativas nacionais, tais como o Estatuto "do Índio", demandam atualização urgente, em especial para a superação do paradigma assimilacionista e tutelar nelas inseridas, não se podendo jamais olvidar a indispensável participação ativa dos povos indígenas nas novas formulações.

Situação que não difere em relação aos povos quilombolas que, não obstante também tenham reconhecida a propriedade definitiva de suas terras pelas normas constitucionais vigentes, até os dias atuais sofrem com os obstáculos da identificação, reconhecimento, e titulação.

O tratamento dispensado aos demais povos e comunidades tradicionais refletem da mesma forma a ausência ou, quando muito, a insuficiência de projetos e ações que respeitem todas as suas contribuições histórico-culturais e salvaguardem a fruição de seus direitos.

Eis o gigantesco desafio da Campanha: assumir e difundir na Defensoria Pública o compromisso de enfrentamento cotidiano do racismo institucional, com a disseminação de práticas antirracistas ao seu público interno e externo, assim como amplificar as vozes dos indígenas, negros, quilombolas e demais povos tradicionais, que, em razão da situação de vulnerabilidade imposta, são nossos assistidos por excelência.

Buscar a equidade racial é efetivar aquilo que se considera justo. Transcender a mera igualdade formal, com mecanismos de justiça racial é compreender a necessidade de superação de várias lacunas constitutivas da nossa construção social.

É levar em consideração as particularidades dos componentes racialmente subalternizadas no nosso País, superando o tratamento dito universalista que sempre moldou privilégios. Buscar a equidade racial é reconhecer as diferenças existentes entre as pessoas, dispensando o tratamento necessário para aqueles que demandam proteção especial em razão das fragilidades construídas pela exclusão.

Assim como as demais carreiras jurídicas do sistema de Justiça, conforme o IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, realizado em 2016 pelo Ministério de Justiça, nossa Instituição é composta por cerca de 75% de defensoras e defensores públicos que se autodeclaram brancos. É imprescindível discutirmos a posição de privilégio da maioria dos membros da nossa Instituição e como isso impacta o acolhimento das demandas dos grupos que são os principais destinatários da campanha. Precisamos trabalhar a implantação ou o aperfeiçoamento da política de cotas étnico-raciais, a fim de que ela seja estabelecida de forma perene em todas as unidades estaduais e distrital, além de outras ações afirmativas a serem enxergadas como práticas exitosas.

É tempo de dialogarmos, entre outros, com os povos de terreiro e comunidades de matriz africana, ciganos, pescadores artesanais, extrativistas, catingueiros, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, retireiros do Araguaia, ribeirinhos, e com a juventude de povos e comunidades tradicionais. Colocarmo-nos em posição de escuta, com vistas à efetivação de seus direitos e focados em contribuir para a implementação dos objetos fundamentais traçados na Constituição Federal deve se tornar prática cotidiana.

Inspirações não nos faltarão. Tentaremos superar o epistemicídio imposto por uma sociedade edificada em práticas racistas de apagamento e invisibilização, acolhendo estratégias e semeando, interna e externamente, novos Abdias, Lélias, Mães Stellas, Luíses Gamas, Esperanças, Miltons e Laudelinas, na busca constante de trilhar caminhos inclusivos e dar continuidade às possibilidades construídas por aqueles que nos antecederam.

Será uma grande oportunidade para aprendermos sobre multiculturalidade e pluralismo com os povos Apinayé, Aruá, Avá-Canoeiro, Baniwa, Guajajara, Iny Karajá, Kaimbé, Kambeba, Karuazu, Krenak, Manchineri, Pankararu, Potiguara, Tapuia, Terena, Xakriabá, Yawalapiti, e outros povos indígenas que nos constituem enquanto nação. São mais de trezentas etnias que bravamente resistem há séculos de colonialismo e utilizam conhecimentos diversos, inovações múltiplas e práticas admiráveis transmitidas de forma geracional, reafirmando suas identidades e tradições.

Em outras palavras, a atual Campanha Nacional da Anadep convida a todos e todas defensoras públicas a despirem-se de seus preconceitos e unirem-se à caminhada de construção de uma sociedade efetivamente democrática – secularmente reivindicada pelas vozes negras, indígenas, quilombolas e tradicionais – que confira igualdade de condições econômicas, políticas, jurídicas e sociais, para toda a pluralidade étnico-racial que construiu e constrói nossa história, mas que ainda é obstaculizada por meio de condutas forjadas pelo racismo estrutural que nos permeia.

Que a campanha seja o início ou o aprofundamento da contribuição institucional para a superação dos simulacros de cidadania racialmente construídos e visualizados diante de nossas atuações perante os estados e o Distrito Federal. E que, enquanto não alcançado o ideal de equidade, sejamos porta-vozes incansáveis do “Protesto poético” de Carlos de Assumpção: “Não paremos de gritar!”.

Artigo publicado por Salomão Rodrigues da Silva Neto, Defensor Público do Estado de Goiás /Membro da Comissão de Igualdade Étnico-Racial da Anadep, na Revista Justiça e Cidadania

Associação participa de Audiência Pública sobre Novo Processo Penal

No dia 05 de maio, o diretor de assuntos legislativos da ANADEP, Dr. Allan Montoni Joos, que também é presidente da AGDP, participou de mais uma audiência pública na Comissão Especial que trata da elaboração do Novo Processo Penal. Na ocasião, o defensor público fez apontamentos técnicos sobre as medidas cautelares e condução coercitiva, assim como algumas sugestões de alterações.

AGDP discute sobre direitos dos servidores públicos do Estado de Goiás

A AGDP participou, no dia 07/05, de reunião com as demais entidades de classe (AGMP, Asmego, APEG e Sindepol), juntamente com os representantes do Ministério Público e presidência do Tribunal de Justiça, além da Secretaria de Economia do Estado, para tratar da instituição do benefício especial aos servidores do Estado.

Impactos do novo Regime de Recuperação Fiscal no serviço público

No dia 13 de maio a AGDP reuniu com outras entidades de classe Asmego, Sindifisco, Sindepol, Sindijustiça, Apeg, Sindigestor e Sindisemp. O encontro foi realizado para tratar sobre eventuais impactos do novo Regime de Recuperação Fiscal no serviço público.

AGDP participa de campanha de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes

A AGDP participou ativamente da campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. No último dia 18 de maio, data oficial da campanha, nossa vice-presidenta, Dra Mayara Batista Braga, divulgou material educativo sobre o papel da Defensoria Pública nesta causa. A defensora pública, que também é titular da 1ª Defensoria Pública Especializada em Infância e Juventude de Goiânia, também deu dicas de como denunciar, em caso de suspeita de abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes. Além de divulgação interna - entre associados e associadas - o material foi veiculado nas redes sociais de nossa associação e até mesmo na página oficial da campanha.

AGDP presenteia associadas e associados no dia do Defensor Público

O dia 19 de maio foi marcado por uma intensa celebração do Dia do Defensor e da Defensora Pública. A AGDP homenageou seus associados e associadas pelo empenho, dedicação e incansável luta pela garantia dos direitos da população vulnerável por meio de uma linda cesta do Piquiras.

Além de quitandas deliciosas, a cesta foi acompanhada de uma boneca de cerâmica produzida pelo povo indígena da etnia Iny Karajá. A produção do artesanato é uma atividade única das mulheres, com função lúdica para as crianças e também como instrumento de socialização das meninas, modelando-se dramatizações de acontecimentos da vida cotidiana - em prestígio à cultura indígena e reforço da importância do combate ao racismo em todo lugar, tema da Campanha Nacional de 2021.

Defensor Público Geral do Estado de Goiás homenageia o mês do defensor público com poesia de autoria própria

O maio verde foi intensamente celebrado e divulgado pelos membros e membras da carreira da Defensoria Pública do Estado de Goiás. Durante as diversas celebrações, muitos defensores públicos tiveram a oportunidade de manifestar seu orgulho de ser defensor. O associado e Defensor Público Geral do Estado de Goiás, Dr. Domilson Rabelo Júnior, aproveitou o clima festivo para surpreender os colegas de carreira com sua habilidade poética.

Ao manifestar o orgulho pela carreira e pela instituição que representa atualmente, Dr. Domilson apresentou uma poesia de sua autoria, que foi inspirada em um atendimento realizado por ele no início de sua carreira. Confira esta linda homenagem!

Tenho dito

Eu preciso dizer,
Mas não sei como dizer,
Só tenho, você.

Algo que seja dito, lido e que possa ser ouvido.
Minha voz, poucos ouvem,
Quase não me olham,
Ao que parece, me ignoram,
Não sei como se diz,
Só tenho, você.

Eu digo,
Somente digo,
Nem tudo eu vejo.
Pouco compreendo,
Só tenho, você.

Me desculpe, não quero incomodar,
Longe de mim, te assustar.
É que, é assim.
Assim parece ser,
Não sei como diz,
Só tenho, você.

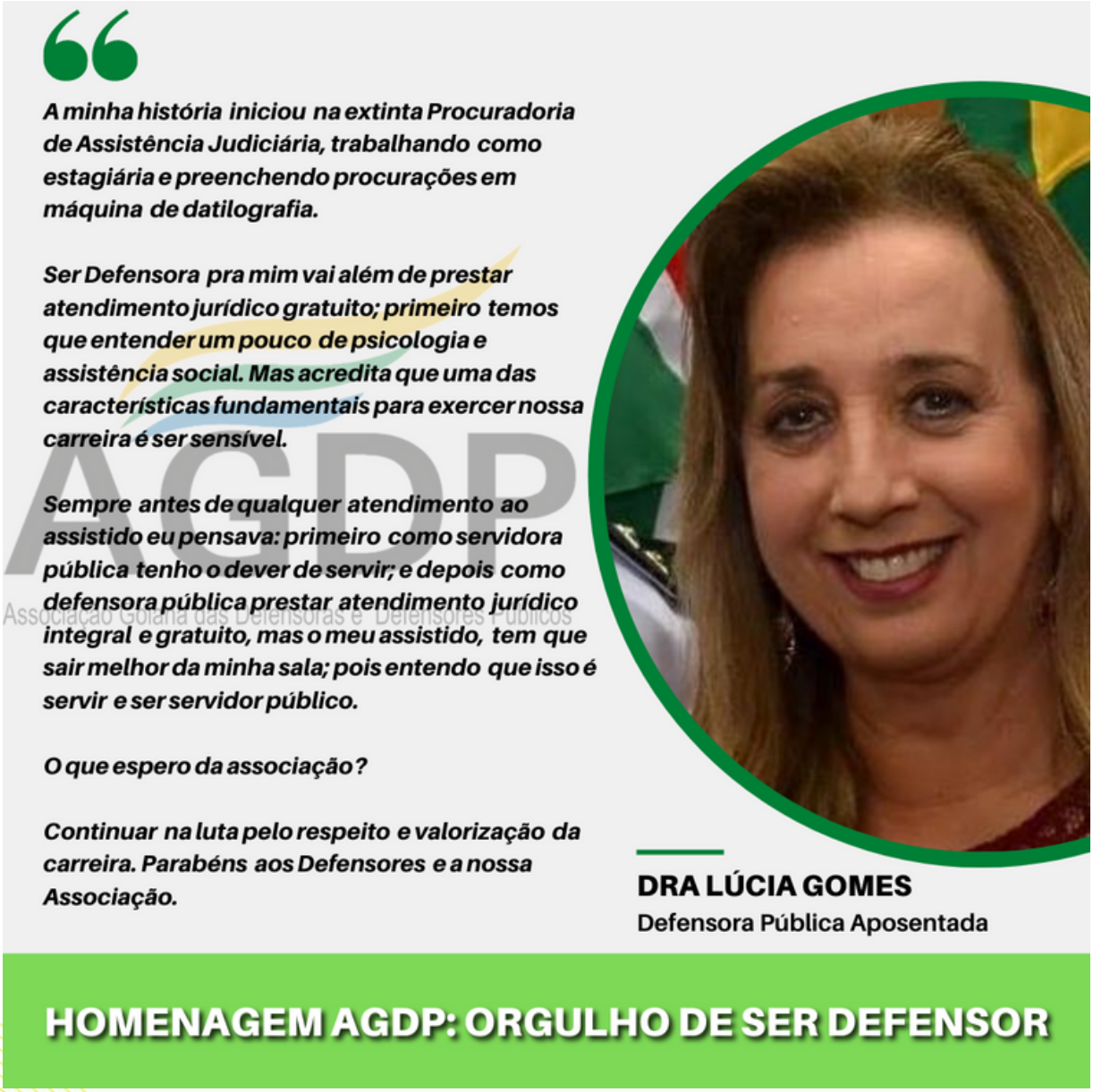
Ta difícil,
É complicado,
Aqui em cima
Ali do lado,
Ta quente, frio, apertado,
Eu olho, pouco vejo,
Não compreendo,
Grava um áudio,
Me diz aqui.
Só tenho, você.

Mas tudo bem,
Até compreendo.
Não me rendo,
Vou em frente,
Tenho forças,
Tenho fé,
Que bom que em tudo isso,
Eu tenho, você.

Namastê
(@domilosnjunior, maio/2021)

Ex-Defensora Pública Geral do Estado de Goiás parabeniza colegas de carreira pelo mês do defensor

O orgulho de integrar uma carreira tão peculiar como a Defensoria Pública ecoa até mesmo dos membros e membras de carreiras que já estão aposentados. Foi o caso da Dra. Lúcia Gomes, que é ex-Defensora Pública Geral do Estado de Goiás e fez questão de homenagear os colegas nesta data! Confira!



2º I-Confra é marcado por emoção, apresentações culturais e engajamento de associadas e associados

Desafio, orgulho, realização e gratidão. Estas foram algumas das palavras escolhidas por defensores e defensoras públicas associadas da Associação Goiana das Defensoras Públicas do Estado de Goiás (AGDP) para traduzir seu sentimento em relação à profissão no II I-Confra realizado pela AGDP.

O evento on-line foi realizado no final da tarde do dia 20 de maio. Além da participação de associadas e associados, o I-Confra contou com convidados especiais: Msa Jijuké Karajá, a antropóloga Dra. Nei Clara, a presidente da Anadep e defensora pública Rivana Ricarte e o Defensor Público Getal do Estado de Goiás e associado, Dr. Domilson Rabelo.

“Achei brilhante a ideia do Dr. Allan de realizar esta confraternização”, afirmou a presidenta da Anadep durante a sua fala. Rivana lembrou o quanto a AGDP tem sido ativa ao longo de sua existência, e parabenizou os colegas de carreira por exercer esta profissão com dedicação.

Momento cultural

O momento cultural preparado pela diretoria teve como tema a campanha 2021 das Defensorias Públicas de todo País: Racismo se combate em todo lugar. Para enriquecer a conversa, que foi conduzida pelo Dr. Salomão Neto, a AGDP contou com a presença da representante da etnia Iny Karajá, Msa. Jijuké Karajá, e com a antropóloga e doutora em Antropologia Social, Dra Nei Clara.

“Neste ano presenteamos nossos membros e membras da associação com uma boneca karajá, símbolo desta comunidade indígena. É por isso que hoje trazemos convidadas tão especiais para explicar para todos sobre a história da boneca, que se entrelaça com a própria história da comunidade indígena Karajás”, explicou o defensor público, que também é membro da Comissão Étnico Racial da Anadep.

Foi exatamente nesta linha que a mestre em Direitos Humanos, Jijuké Karajá, utilizou para contar um pouco da história de sua origem. Filha de pai indígena e mãe não indígena, ela contou qual a importância da produção da boneca para a manutenção da cultura e costumes de seu povo. “É um trabalho que nossas anciãs confeccionam e representam figuras míticas do nosso povo. Mas as bonecas vão além de um simples produto ou presente para seus netos. Através desta representatividade elas ensinam o papel das mulheres na casa, além de contar sobre as origens dos karajás, seus costumes e lendas.

Para a Dra. Nei Clara seu contato com a comunidade karajá foi a experiência mais rica que teve em sua profissão. “Depois que me aposentei da UFG, atuei na direção do Museu de Antropologia de Goiânia. Foi lá que iniciei meus contatos com o povo karajá. Até então eu não havia tido contato com povos indígenas. Somente havia lido livros. A minha primeira ida a campo foi na Aldeia Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal. Até hoje me sinto impactada por esse contato, que começou em 2009”, relembrou.

Retrospectiva

O evento também contou com a participação especial do defensor público aposentado Cleomar, que fez uma breve retrospectiva sobre a criação da defensoria pública no Estado de Goiás. Falar em defensoria é relembrar as dificuldades que enfrentamos. É falar de desafios. São apenas 10 anos. Mas foram 10 anos de muita construção. De muitas sementes plantadas. O que fizemos foi exatamente isso: sabíamos que iríamos encontrar um caminho de dificuldades. Mas sabíamos que estávamos plantando sementes em solo fértil. A DPE teve o privilégio de receber pessoas comprometidas. Tanto é que a visibilidade da DPE ultrapassa o Estado e é reconhecida por todas as Defensorias do País. É um trabalho sério. A defensoria pública tem cumprido o papel constitucional previsto. Tenho certeza de que estamos no caminho certo. Fico feliz que os resultados estão sendo colhidos.

“Tenho muito orgulho de ter o Dr. Cleomar como associado porque ele construiu a defensoria. Eu sou defensor público graças ao Dr. Cleomar, que foi uma das minhas principais inspirações”, disse Dr. Allan Joos durante sua fala. “Foi a melhor escolha da minha vida. Vivemos momentos difíceis mas não apaga toda nossa história e tudo o que a gente faz. Estamos aqui para superar dificuldades. A singularidade das nossas carreiras me deixa muito feliz: somos uma grande família que eu chego até a me emocionar. Cada um com sua personalidade, mas com um único objetivo: trazer dignidade para as pessoas. Sou um Allan antes e um Allan depois de ter assumido”, completou.

Por Gabriela Dutra, da Comunicação da Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos

AGDP participa de audiência pública sobre Voluntariado Transformador

A Frente Parlamentar do Voluntariado de Goiás, presidida pelo deputado Virmondes Cruvinel (Cidadania), promoveu na noite do dia 19 de maio audiência pública para tratar do Voluntariado Transformador. O encontro, através da plataforma digital Zoom, reuniu mais de 100 pessoas, e foi uma oportunidade para que representantes da sociedade civil tratassem da realidade da população que necessita de assistência, trocassem experiências e expusessem a representantes do poder público, suas demandas. Ao conduzir o encontro, o deputado enunciou os trabalhos realizados pelo movimento, como o projeto de lei, protocolado sob nº 2002/19, que tramita na Assembleia Legislativa de Goiás, voltado ao voluntariado, além da discussão das ações realizadas pela frente parlamentar, dentre elas, a assessoria para apoio à regularização das entidades, com a orientação para formatação do estatuto e de CNPJ.

Na ocasião, o defensor público Philipe Arapian representou a AGDP e ressaltou a importância do evento realizado por Cruvinel. “O deputado Virmondes sempre batalhou pela implantação da Defensoria, que está completando 10 anos esse ano”, afirmou. Virmondes foi o responsável pela parceria que levou à instalação de uma unidade da DPE na sede da Alego. O deputado também está empenhado em garantir a continuidade do trabalho realizado pelo órgão, na nova sede da Alego.

Arapian também mencionou um projeto, em fase de idealização, voltado a auxiliar as associações com assistência jurídica integral e gratuita. O defensor também ressaltou a importância do trabalho das entidades da sociedade civil, a exemplo da inserção de pessoas em situação de rua. "Em muitos lugares, se elas jantam, é graças às ações do terceiro setor e de ONGs, que socorrem essas pessoas diante da falta de políticas públicas”, afirmou.

Com informações da Agência Assembleia de Notícias

LANÇAMENTO DO NOVO SITE AGDP

O novo site da AGDP está no ar e traz um conceito moderno e inovador para associados e associadas sentirem-se em casa. Com um layout leve e plataforma responsiva, a equipe de comunicação da AGDP pensou em cada detalhe para facilitar a vida das defensoras e defensores públicos que fazem parte da nossa associação.

Ao navegar pelo ambiente virtual, nossos membros e membras encontram com facilidade todas as informações que precisam: convênios, boletins informativos e notícias atualizadas sobre as atividades da AGDP.
Investir nas redes digitais como um canal de comunicação e divulgação de nossas ações faz parte do compromisso da AGDP com a transparência e, principalmente, com o respeito que temos por todos vocês, que juntos, contribuem para o crescimento desta instituição!

Associados e associadas: sejam bem vindos e bem vindas! A casa é nossa!

PRESTAÇÃO DE CONTAS AGDP

Associadas e associados:

As contas do ano de 2020 estão disponíveis para acesso público dos associados e associadas no link abaixo. Informamos que será agendada Assembleia Geral Ordinária para apreciação e aprovação das contas. Neste link o membro e membra poderá encontrar os relatórios de caixa e comprovantes de despesas. Solicitamos que até a data da Assembleia todos acessem o referido link para conferência.

Link Prestação de Contas

NOVOS CONVÊNIOS

A AGDP firmou mais um convênio para seus associados e associadas. Atentos à saúde financeira de nossa carreira, a AGDP firmou mais um convênio para seus associados e associadas com o Finanças do Servidor Corretora de Seguros. O objeto do presente convênio é propiciar aos associados da conveniada as vantagens aqui estabelecidas relacionadas a serviços educacionais e de seguros.

Por meio desta nova parceria, a corretora assessorará nossa instituição na escolha do produto mais benéfico aos associados, auxiliando no desenho das coberturas adequadas a suprir os riscos a que estão submetidos os seus associados, considerando o quadro previdenciário.

Para entender melhor sobre os benefícios deste novo convênio, a associação vai realizar, no dia 10 de junho, às 19h00, ums palestra com o Procurador da República, Dr. Rodrigo Tenório.

Na oportunidade, o procurador vai falar sobre as opções de seguros que os servidores podem fazer, além de realizar uma abordagem sobre a situação previdenciária dos servidores públicos do Estado de Goiás, em especial dos defensores e defensoras públicas, trazendo viabilidades proporcionadas pelo novo convênio.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS DE MAIO

Aniversariantes do próximo mês

É com muita alegria que celebramos esta data tão especial junto com nossos associados e associadas!

FELIZ ANIVERSÁRIO!

Débora Vidal de Almeida Rocha - 22/06

Jordão Mansur Pinheiro - 25/06

Saulo Carvalho David - 11/06

Thaís Quinelato Ferraz - 10/06

Expediente:

Esta é uma publicação da Associação Goiana de Defensoras e Defensores Públicos, produzida pela AGDP

Ano 2, nº 05/2021

Jornalista responsável: Gabriela Dutra
Diagramação: Angélica Araújo Martins dos Santos Abadia
Revisão de conteúdo: Allan Montini Joos (Presidente da AGDP)

E-mail: agdppresidencia@gmail.com
Telefone: (62) 37735847
Endereço: Avenida Olinda, esquina com PL-3, nº 960, Business Tower, Setor Parque Lozandes, Goiânia-GO

Goiânia, 31 de maio de 2021

AGDP
Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos